



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO PLANTÃO JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DO DESEMBARGADOR PLANTONISTA

PEDIDO DE SUSPENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA Nº. 0712859-05.2018.8.18.0000 RECEBIDO NO PLANTÃO JUDICIAL DE 27.12.2018.

Requerente : ESTADO DO PIAUÍ.

Procurador : Saul Emmanuel de Melo Ferreira Pinheiro Alves (OAB/PI nº 15.891).

Requeridos : BANCO BRADESCO S.A. e BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

Advogados : Alberico Eugênio da Silva Gazzineo (OAB/SP 272.393) e Outros.

Vistos etc.,

Trata-se de PEDIDO DE SUSPENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA, apresentada pelo ESTADO DO PIAUÍ, contra decisão judicial proferida pelo Juiz de Direito da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de Teresina-PI, nos autos da Ação de Obrigação de Fazer nº. 0810757-83.2018.8.18.0140, ajuizada pelos Requeridos, BANCO BRADESCO S.A. e BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A, que concedeu a medida de urgência pleiteada para determinar que o Estado do Piauí, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue, *in litteris*:



“a) os repasses referentes aos empréstimos consignados de servidores efetivamente descontados em folha de pagamento e não repassados aos requeridos, orçado, na data da petição inicial, no valor de R\$ 5.214.803,24 (cinco milhões duzentos e catorze mil oitocentos e três reais e vinte e quatro centavos); b) o repasse de toda quantia relativa a empréstimos consignados de servidores que venham a ser descontados em folha de pagamento no curso da ação (futuro/parcelas vincendas), seja repassada automaticamente aos Requerentes, no ato do desconto na folha de pagamento.”

O **Requerente** noticia que os **Requeridos** ajuizaram **Ação de Obrigação de Fazer com Pedido de Tutela de Urgência** contra o **Estado do Piauí**, por meio da qual **alegam** que o **ente político** teria deixado de **efetuar**, em favor de tais **instituições financeiras**, os **repasses relativos a empréstimos consignados contratados com servidores públicos estaduais**, segundo credenciamento pela **Secretaria de Administração do Estado do Piauí**.

Aduz, em suma:

“Que a decisão interlocutória concessiva de tutela provisória de urgência antecipada deve ter a sua execução imediatamente suspensa pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, uma vez que o caso é de manifesto interesse público e a referida tutela provisória se afigura ilegítima e acarretará grave lesão à ordem e à economia públicas, por, pelo menos, quatro diferentes razões: a) a infração à expressa proibição legal de deferimento de tutelas provisórias irreversíveis, como a que foi imposta contra o Estado do Piauí; b) a infração à expressa proibição legal de deferimento de tutelas provisórias que impliquem em “pagamento de qualquer natureza” ou “liberação de recursos”; c) a violação do sistema de precatórios, disciplinado pelo art. 100 da Constituição da República; d) a ausência dos requisitos necessários à concessão da tutela de urgência, a saber, a plausibilidade do direito alegado (*fumus boni iuris*) e o perigo na demora (*periculum in mora*).”

Afiança, mais, que a **execução da decisão impugnada tem aptidão de provocar grave lesão à ordem e economia públicas, sustentando**, ainda, a **vedação legal à concessão de tutela provisória em face da Fazenda Pública**, por implicar **liberação de recursos ou pagamento de qualquer natureza, aliado ao seu caráter irreversível e à burla**



ordem cronológica de pagamento de precatórios, que se constituem no *fumus boni iuris*, e a imposição ilegal de transferir a quantia de R\$ 5.214.803,24 (cinco milhões duzentos e catorze mil oitocentos e três reais e vinte e quatro centavos) mostra-se como *periculum in mora*, a ensejar paralisação dos serviços públicos.

É o Relatório.

DECIDO

Ab initio, insta salientar que o exame do Pedido de Suspensão de Liminar ou Tutela Antecipada é de competência exclusiva do Presidente do Tribunal de Justiça, nos termos do art. 4º, da Lei nº 8.437/1992, comando normativo reproduzido pelo disposto no art. 327, do Regimento Interno, *in litteris*:

Lei nº 8.437/1992:

“Art. 4º Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

Regimento Interno do TJPI:

“Art. 327. O Presidente do Tribunal de Justiça, a requerimento de pessoa jurídica pública interessada e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, poderá suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar “deferida por juiz de Direito, em processo de mandado de segurança, e, bem assim, a execução de sentença concessiva da segurança, enquanto não confirmada pela superior instância.”

Corroborando o acima exposto, frise-se que os pleitos de suspensão da execução de decisão que concede tutela antecipada, ou de urgência, em face da Fazenda Pública, não se inserem expressamente dentro das matérias a serem analisadas em sede de plantão judicial, conforme disposto no art. 7º, da Resolução/TJPI nº 111/2018, de 16.07.2018, *in verbis*:



“**Art. 7º.** O Plantão Judiciário em 2º grau do Poder Judiciário do Estado do Piauí destina-se, exclusivamente, ao exame das seguintes matérias:

I - pedidos de habeas corpus e mandados de segurança em que figurar como coator autoridade submetida à competência jurisdicional do magistrado plantonista;

II - medida liminar em dissídio coletivo de greve;

III - comunicações de prisão em flagrante e pedidos de concessão de liberdade provisória;

IV - em caso de justificada urgência, a representação da autoridade policial ou do Ministério Público visando à decretação de prisão preventiva ou temporária;

VI - pedidos de busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, desde que objetivamente comprovada a urgência;

VII - medida cautelar, de natureza cível ou criminal, que não possa ser realizada no horário normal de expediente ou de caso em que da demora possa resultar risco de grave prejuízo ou de difícil reparação.”

Ante o exposto, **com fulcro nos arts. 4º, da Lei nº 8.437/1992, c/c 327, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, e no que prevê o art. 9º, da Resolução/TJPI nº 111/2018, DETERMINO** que a **SECRETARIA CÍVEL REMETA** os **AUTOSELETRÔNICOS CONCLUSOS** ao **PRESIDENTE** deste TJPI, para **análise e decisão**, por ser a autoridade competente para a espécie.

Cumpra-se, imediatamente.

Teresina-PI, 28 de dezembro de 2018.

RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO

Des. Plantonista do Tribunal Pleno

